



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Município de Paracambi*  
*Comissão Permanente de Licitação*

**EDITAL DE PREGÃO Nº 022/2015- PMP**  
**PROCESSO Nº 3681/2015**  
**MODALIDADE: PREGÃO**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo **Menor Preço Por Item**, para atender suas necessidades, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de acordo com a Lei 10.520/02 e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Editais e respectivos anexos devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

**LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi**  
**DATA: 07 de agosto de 2015**  
**HORA: 10:00 horas**

## **1- DO OBJETO**

O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de serviço de motoboy, para atender a necessidade da Secretaria de Governo, no transporte de documentos com qualidade e segurança. Dentro e fora do Município, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

## **2- DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DO OBJETO**

- 2.1- O prazo de execução contratual será de 06 meses a partir da data da assinatura e de acordo com o termo de referência anexo.

## **3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1- Poderão participar desta licitação as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e as que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos.
- 3.2- Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento, as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública no prazo que perdurar tal punição, as que se enquadrarem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/93, do art. 72, §8º, inc. V da Lei 9.605/98, bem como as punidas na forma da Lei 12.846/2013.
- 3.2-1. Para fins de interpretação do disposto no inc. III, do art. 9º, da Lei 8.666/93, possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, agente político, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Município de Paracambi, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo,



até o segundo grau, ou por adoção, que tenham tido vínculo há menos de seis meses anteriores à data da publicação deste Edital.

- 3.3- É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

**4. 4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS.**

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas enquadradas na forma do art. 34 da Lei 11.488/2007, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 7.2.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas mais bem classificadas poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo a contratação de microempresa, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.



4.4.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.

## **5- DO CREDENCIAMENTO**

5.1 - No início da sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.

5.2.1 - No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

5.2.2 - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 - A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.3.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte e a sociedade cooperativa que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá apresentar declaração, assumindo o compromisso de promover sua regularização, caso formule o lance vencedor.

5.4 - As declarações ou certidões de que tratam as cláusulas do item “credenciamento” deverão ser apresentadas FORA DE QUALQUER ENVELOPE, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento.

## **6- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**



- 6.1- A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos seguintes requisitos:

**a) Envelope A: Proposta de Preço.**

- b) **Envelope B: Documento de Habilitação**, composto pelos documentos relacionados no item 6 deste Edital.

- 6.2- Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, os dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI**  
**PREGÃO Nº 022 /2015**  
**RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**  
**Envelope A – Proposta de Preço**  
**Envelope B – Documentação de Habilitação**

- 6.3- As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografadas ou impressas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, de acordo com os modelos constantes dos Anexos, observando-se ainda o seguinte:

- 6.3.1- conter cotação em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismo e por extenso e indicação da especificação do objeto licitado;

- 6.3.2- conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais um resultado;

- 6.3.3- ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.

- 6.4- A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico, (se houver).

## **7- DA HABILITAÇÃO**

- 7.1- A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3 e 7.2.4 deste Edital.

- 7.2- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação, para participar da presente licitação:

**7.2.1- Habilitação Jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;



- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração que não possui menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos.
- f) Declaração de fatos supervenientes.

#### 7.2.2- Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com a devida PG5;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT).

#### 7.2.3- Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito públicos ou privado;

#### 7.2.4- Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG  $\geq$  1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante



RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

- c) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, com data não excedente a 60(sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Proposta de Preço;
  - d) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ou certidão equivalente;
- 7.3- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.
- 7.4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

## **8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO**

- 8.1- A reunião para recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos de Habilitação, bem como a abertura dos envelopes da Proposta de Preço, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 8.2- No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para a formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, e, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 4 deste Edital, e também os licitantes deverão apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.
- 8.3- Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.4- Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 8.5 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 8.5.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de



contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6 - Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), ou apurar informações junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

8.6.1 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

## **9- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.**

- 9.1- A presente licitação é do **tipo menor preço por item** sendo que o julgamento das propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço global.
- 9.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica pela comissão.
- 9.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.
- 9.4- Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser realizados sem quaisquer ônus adicionais.
- 9.5- Serão desclassificados as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, as que apresentarem preços superiores ao estimado pela Administração, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento.
- 9.6- Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de **menor preço por item**, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03(três) melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 9.7- Aos proponentes proclamados, conforme item 8.6, retro, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 9.8- Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.





- 9.9- O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.10- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento pelo proponente que a tiver formulado das condições habilitatórias, com base na documentação de habilitação, conforme item 6 deste edital.
- 9.11- Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.
- 9.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.
- 9.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes no item 10 deste Edital.
- 9.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes do júri e pelos representantes dos proponentes presentes.
- 9.15- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.

## **10- DOS RECURSOS**

- 10.1- Dos atos praticados pelo pregoeiro decorrentes da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02.
- 10.2- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3(três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias.
- 10.3- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e da adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- 10.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 10.5- Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emilio Carmo, 71- Centro- Paracambi- RJ.
- 10.6- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

## **11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**





11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3 fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5 cometer fraude fiscal;
- 11.1.6 não manter a proposta.

11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2 multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5 impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento no Setor de Compras pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 11.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

## **12- DO VALOR**



- 12.1- O valor máximo estimado que a Prefeitura se propõe a pagar é de R\$32.005,00 (Trinta e dois mil e cinco reais);

### **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital de Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 05.01.04.122.0006.2012

ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39.00.00.00.00 – cód reduz.55

### **14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 14.1- Os Pagamentos serão efetuados após a entrega dos serviços, mensalmente, após a apresentação da nota fiscal discriminativa, devidamente atestada pelos responsáveis pela fiscalização dos serviços, em 02 (duas) vias, em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus anexos.
- 14.2- O pagamento será efetuado por meio de crédito em nome do proponente vencedor do certame, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 14.3- Havendo atraso de pagamento, o valor devido sofrerá compensação financeira, tomando por base a TR do mês anterior, pro rata tempore, sobre o valor da fatura, bem como uma multa no valor de 1% (um por cento) pro rata tempore a título de penalização.
- 14.4- Para eventuais antecipações de pagamento serão concedidos descontos com bases na TR pro rata tempore.

### **15- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 15.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 15.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 15.6- Será considerada recusa formal:



- a) A não execução dos serviços contratados.
  - b) A execução dos serviços contratados em desacordo com as cláusulas do Contrato, das condições deste Edital e seus anexos, e da proposta de preços.
- 15.7 O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 15.8 O recebimento da notificação dentro do prazo de validade da proposta implicará, necessariamente, na prorrogação deste prazo e, em consequência disso, não terá valor a recusa do licitante, ao cumprimento do dever de contratar, baseada em alegação de decurso de prazo de validade de sua proposta.
- 15.9 A proposta cujo prazo de validade estiver esgotado será considerada prorrogada por 30 (trinta) dias corridos, se o proponente, consultado a respeito, se pronunciar formalmente dentro de 3(três) dias úteis.
- 15.10 É facultado à Administração do Município, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- 15.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.
- 15.12 O Município de Paracambi reserva o direito de rescindir o ajuste, sem que caiba a licitante adjudicatária o direito de indenização de qualquer espécie, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a empresa:
- a) Não cumprir as obrigações estipuladas neste Edital.
  - b) Falir ou dissolver sociedade.
  - c) Transferir os seus encargos a terceiros no todo ou em parte sem prévia anuência do Contratante.
  - d) Deixar de efetuar o recolhimento no prazo de 05(cinco) dias úteis das multas que lhe venham a ser impostas.

## **16- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE VENCEDOR.**

- 16.1- O proponente vencedor se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste Edital e na proposta de preços e, em especial:
- a) iniciar a realização do serviço no prazo estabelecido neste Edital e seus anexos, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, em perfeitas condições;
  - b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, salvo nos casos previamente consentidos pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante justificação;
  - c) manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados;

## **17- DA CONTRATAÇÃO.**

- 17.1- Findo o processo licitatório, a Prefeitura adjudicará o objeto do instrumento de convocação ao proponente vencedor, nos moldes da minuta de contrato apresentado em anexo a este Edital.



- 17.2- O proponente vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, para retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual.
- 17.3- Caso transcorra o prazo citado acima sem que o contrato tenha sido assinado, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação.
- 17.4- Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 17.5- Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital e do contrato assinado.
- 17.6- Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.

#### **18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

- 18.1- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
  - a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
  - b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
- 18.2- O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

#### **19- DAS PENALIDADES.**

19.1- O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

19.2- A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

19.2.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

19.2.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.



- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

19.3. Nos atrasos na prestação dos serviços: multa de 0,5% (cinco décimo por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação;

19.4. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

19.5. Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

**Parágrafo único:** Responde, ainda exclusivamente e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra, necessários à mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

## **20- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

20.1. O Presente Edital e seus anexos, bem como a Proposta Comercial do proponente vencedor farão parte integrante do Processo nº 3681/2015.

20.2- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.3- Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

20.4- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.6- Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Município de Paracambi*  
*Comissão Permanente de Licitação*

- 20.7- O proponente vencedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação para o objeto definido.
- 20.8- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.
- 20.9- Acompanham este Edital os seguintes anexos:
- **ANEXO I** - Projeto básico e Modelo de Proposta De Preços
  - **ANEXO II** – Modelo de Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
  - **ANEXO III** – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
  - **ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
  - **ANEXO V** – Minuta de Contrato.
  - **ANEXO VI** – Declaração de Fatos supervenientes.
- .
- 20.10- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente.
- 20.11- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo.
- 20.12- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro Marcos Antonio Ferreira da Silva, no telefone XX21- 2683.9103.
- 20.13- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.14- O foro da Cidade de Paracambi, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.

Paracambi, 20 de julho de 2015.

Marcos Antonio Ferreira da Silva  
Pregoeiro Municipal



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

#### **OBJETO:**

A licitação visa a contratação de empresa especializada em serviços externos através de motoboy, para transportes de documentos, materiais e objetos de pequeno porte com qualidade e segurança, dentro e fora do município.

#### **LEGISLAÇÃO:**

A contratação de empresa(s) para serviços externos através de motoboy obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- Os serviços a serem executados terão como ponto de partida a sede da Prefeitura Municipal de Paracambi, situada na Rua Juiz Emílio Carmo n.º 50, Centro, Paracambi - RJ, de onde o profissional terá a rota diária de destino que deverá ser percorrida.

- Os serviços serão realizados em todo território do Estado do Rio de Janeiro, caberá a Contratada disponibilizar 01 (um) veículo com motociclista das 8:00 h às 18:00 h, com 01 hora de intervalo para almoço já equipado portando no mínimo: moto, rádio ou aparelho celular. O pagamento referente a este serviço será realizado mensalmente.

#### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O objeto solicitado se faz necessário para tornar mais ágil e célere a entrega de documentos, principalmente para atender aos prazos legais, suprimindo assim as necessidades do Executivo Municipal.

#### **OBRIGAÇÕES:**

- Os serviços contratados deverão ser executados por motociclista, sendo que os meios de locomoção, bem como todas as despesas (pessoal, manutenção, alimentação, taxa, imposto, tributos, etc.) ocorrerão por conta da Contratada.

- A empresa contratada deverá executar todos os serviços relacionados MENSAGEIRA, como receber e proceder a distribuição interna e externa de correspondências; executar outras atividades relacionadas com a função, como receber e expedir malotes, recolher, limpar e guardar os utensílios e equipamentos após o uso, mantendo a ordem e limpeza das instalações; zelar pela organização e pela perfeita execução dos serviços; executar serviços externos de entrega de correspondências, transporte de pequenos materiais, remessa de processos judiciais e cíveis; dentre outras atividades correlatas e pertinentes à função.

- Referente à motocicleta, deverão estar com todas as taxas (licenciamento, IPVA) atualizadas, ser de no mínimo 125 cc, estar em perfeito estado de conservação e equipada com uma caixa adequada para o transporte de documentos, materiais e objetos de pequeno porte. Tal compartimento deverá possuir as seguintes características: medir aproximadamente 0,55 x 0,57 x 0,48 cm em material plástico (PVC ou fibra de vidro) possuindo tampa e tranca.





- As motocicletas deverão estar asseguradas contra sinistros e acidentes contra terceiros, pois tais ocorrências não serão motivo de interrupção dos serviços a qualquer tempo.

- Correrá às custas da contratada o aparelhamento dos motociclistas, lubrificantes e manutenção das motocicletas; respectivas despesas de Seguro de acidentes de Trabalho, contribuições ou encargos devidos à Previdência Social, retenção de imposto de renda na fonte e respectivo recolhimento aos cofres públicos, outros encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal ou tributária, inclusive o ônus relativo à dispensa desses mesmos empregados, e quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços.

- A Contratada deverá se responsabilizar pela integridade e sigilo dos documentos e objetos a ela confiados.

### **FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:**

1 Não obstante, a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços prestados à Secretaria Municipal de Governo e Gabinete do Prefeito, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou prepostos designados, podendo, para isso:

1.1 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição do prestador de serviço da Contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja sua permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

1.2 A Contratante poderá em qualquer momento da execução do contrato solicitar da Contratada, a substituição dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

### **DO PRAZO DO CONTRATO:**

A Prestação de Serviços deverá ser realizada a partir da assinatura do contrato, por prazo determinado, ressalvado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo o serviço prestado de forma contínua, podendo ser prorrogado, de acordo com a legislação vigente.

### **DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia útil após a aferição do cumprimento da entrega do objeto contratado e da respectiva documentação fiscal, condicionada, ainda, à adimplência fiscal do contratado. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Paracambi (Artigo 55, XIII da Lei nº 8666/93).

Item	cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Referência
01	287589	Procedimento licitatório para contratação de empresa especializada em serviços externos através de motoboy, no período de 06 (seis) meses, com o objetivo de tornar mais ágil e célere a entrega de documentos, principalmente para atender aos prazos legais, suprimindo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Governo e Gabinete do Prefeito. /	55	Unidade	01	32.004,00



### MODELO DAS PROPOSTA-DETALHE/PREÇOS

Objeto: Prestação de serviços de locação de motocicleta com motoboy, para atender as necessidades da Sec. de Governo.

Tipo Cotação: Por Item

Prefeitura Municipal de Paracambi

..... inscrita no  
CNPJ no\_....., sediado no endereço .....  
....., telefone (XX) XXXX-XXXX  
com o e-mail. .... por intermédio de seu representante  
legal, o(a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de  
Identidade nº ..... e do CPF no\_....., apresenta a seguinte  
proposta com validade de. ...., a ser feito o pagamento, em caso de  
contratação, no Banco ....., agência ..... e número de conta corrente .....  
....., para participação no Pregão n.º XXX/2015.

Item	cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Total
01	287589	Procedimento licitatório para contratação de empresa especializada em serviços externos através de motoboy, no período de 06 (seis) meses, com o objetivo de tornar mais ágil e célere a entrega de documentos, principalmente para atender aos prazos legais, suprimindo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Governo e Gabinete do Prefeito. /	55	Unidade	01		

Inserir:

- ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Município de Paracambi*  
*Comissão Permanente de Licitação*

## **ANEXO II**

### **DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- (    ) não emprega menor de dezesseis anos.  
(    ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Município de Paracambi*  
*Comissão Permanente de Licitação*

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE ME OU EPP**

Paracambi,     de             de 2015

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF sob o nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n ° \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art.. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Município de Paracambi*  
*Comissão Permanente de Licitação*

#### **ANEXO IV**

#### **Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.**

#### **DECLARAÇÃO**

Nós, da empresa, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, sediada à rua \_\_\_\_\_, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG \_\_\_\_\_, PROC. \_\_\_\_\_, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa

Ident:

CPF:



**ANEXO V**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**PROCESSO Nº /2015**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº /2015**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Tarciso Gonçalves Pessoa, brasileiro, xxxxxxxxx, empresário, residente e domiciliado à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**Contratada:** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada à Rua xxxxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxxx.

1.0. Nos termos da proposta da Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecemos Contrato de Prestação de Locação de MOTOBOY, para atender as necessidades da Sec. Governo, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. xxx/2015, devidamente homologado pelo Sr. Secretário Municipal em xx/xx/2015, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a locação de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

**Nota explicativa:** A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

**2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

2.1 - Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, o valor dos serviços será R\$\_\_\_\_\_ (xxxxxxxxxxxxxx reais);

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado mensalmente, após os serviços, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.



2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Sec. de Governo, conforme especificado abaixo:

.....despesa....., conforme nota de empenho nº xxx/2015.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1- O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ....., contados do ....., prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**Nota Explicativa:** Deve guardar conformidade com o Edital.

## 4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

### 4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

### 4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Prestar os serviços objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. ....../2015, em especial cumprir as obrigações e especificações constantes no Termo de Referência;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;





4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. ..../2015;

4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias à prestação de serviços.

## **5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES**

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

6.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

6.2.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.2.2 fraudar na execução do contrato;

6.2.3 comportar-se de modo inidôneo;

6.2.4 cometer fraude fiscal;

6.2.5 não mantiver a proposta.

6.3 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

6.3.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

6.3.2 multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

6.3.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.3.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

6.3.3.2 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA

6.3.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

6.3.5 impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento no Setor de Compras pelo prazo de até cinco anos;

6.3.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:



6.4.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

6.4.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

6.4.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

6.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

6.7 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.8 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 02 (duas) advertências.

6.9 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.10 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.10.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3 - Indenizações e multas.

6.11 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

## **7.0 - DOS CASOS OMISSOS.**

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Município de Paracambi*  
*Comissão Permanente de Licitação*

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, ..... de ..... de 2015.

**Tarciso Gonçalves Pessoa**  
**Prefeito Municipal**

...../CONTRATADA

.....

**Diretor**

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

## ANEXO VI

### Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

#### DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ ou CIC nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(a) \_\_\_\_\_  
nome e número da identidade do declarante